associação de empresas, que todas as empresas associadas obedecem, cumulativamente às condições indicadas no ponto 5.6 do programa de concurso e que se sintetiza:

Sejam titulares de certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas emitido pelo InCI, I. P., contendo seguintes habilitações: empreiteiro geral de edifícios de construção tradicional (1.ª categoria) — classe 9 e empreiteiro geral ou construtor geral de reabilitação e conservação de edifícios (1.ª categoria) — classe 9 ou de certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros emitido por autoridade competente de Estado membro da União Europeia ou sejam signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu.

Detenham certificação de acordo com a NP EN ISO 9001.

As empresas ou associações de empresas tenham efectuado no seu conjunto, nos últimos três anos, as seguintes empreitadas, de acordo com ponto 5.7 do programa de concurso e que sinteticamente se descreve:

Mínimo de cinco contratos de empreitada de construção de edifícios, com valor de adjudicação igual ou superior a 5 000 000,00 de euros, tendo obrigatoriamente uma delas valor de adjudicação igual ou superior a 7 500 000,00 euros;

Mínimo de três contratos de empreitada referentes a reabilitação e conservação de edifícios, com valor de adjudicação igual ou superior a 2 500 000,00 euros, tendo obrigatoriamente uma delas valor de adjudicação igual ou superior a 5 000 000,00 de euros.

As empresas ou associações de empresas devem obrigatoriamente ter no seu quadro técnico um conjunto de colaboradores que satisfaçam os requisitos indicados no ponto 5.8 do programa de concurso.

SECÇÃO IV: PROCESSO

IV.1) TIPO DE PROCESSO

IV.1.1) Tipo de processo:

Concurso limitado.

IV.1.2) Limitações quanto ao número de operadores que serão convidados a concorrer ou a participar:

Número mínimo previsto: 5.

Número máximo previsto: 15.

Critérios objectivos para a escolha do número limitado de candidatos:

a) Curriculum do candidato (50%):

Obras de edificação — 22,5%;

Obras de reabilitação e conservação — 22,5%;

Contratos de conservação e manutenção de edifícios — 5%;

b) Curriculum dos técnicos apresentados (30%):

Director de contrato — 5%;

Coordenadores de grupo de obras — 5%;

Directores de obra — 5%;

Coordenadores de instalações eléctricas — 2,5%;

Coordenadores de instalações mecânicas — 2,5%;

Coordenadores do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho — 5%;

Coordenador do sistema de gestão da qualidade — 2,5%;

Coordenador do sistema de gestão ambiental — 2,5%;

c) Metodologia e modelo organizativo do candidato para a execução do contrato (20%)

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

IV.2.1) Critérios de adjudicação:

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios enunciados a seguir:

Critério: preço — ponderação: 75;

Critério: valia técnica — ponderação: 25.

IV.2.2) Proceder-se-á a leilão electrónico:

Não.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:

03/07.

IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:

Não.

IV.3.3) Condições para obtenção do caderno de encargos e dos documentos complementares ou memória descritiva:

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

Data: 31/01/2008.

Hora: 17:00.

Documentos a título oneroso:

Sim.

Indicar preço: 500,00.

Divisa: euro.

Condições e modo de pagamento:

As cópias das peças do processo de concurso da 1.ª fase serão fornecidas em suporte papel ou em suporte informático em ficheiros não manipuláveis, pelo valor de 500,00 euros ou 100,00 euros, respectivamente, acrescido de IVA à taxa legal, contra o pagamento mediante cheque emitido à ordem da Parque Escolar, E. P. E. O preço das cópias do processo de concurso relativo à 2.ª fase, será indicado na carta-convite.

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:

Data: 11/02/2008.

Hora: 17:00.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

VI.1) TRATA-SE DE UM CONTRATO DE CARÁCTER PERIÓDICO

Não.

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Sim.

Fazer referência aos projectos e/ou programas:

Programa Operacional Temático Valorização do Território.

VI.4) PROCESSOS DE RECURSO

VI.4.1) Organismo encarregado dos processos de recurso:

Designação oficial:

Conselho de Administração da Parque Escolar, E. P. E.

Endereço postal:

Avenida do Infante Santo, 2, 7.º

Localidade:

Lisboa.

Código postal:

1350-178.

País:

Portugal.

Correio electrónico:

geral@parque-escolar.min-edu.pt

Telefone:

(351) 213944710.

Fax:

(351) 213944775.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 18/12/2007.

18 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Sintra Nunes*.

2611074047

ANÚNCIO DE CONCURSO

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO, ENDEREÇOS E PONTOS DE CONTACTO

Designação oficial:

Parque Escolar, E. P. E.

Endereço postal:

Avenida do Infante Santo, 2, 7.º

Localidade:

Lisboa.

Código postal:

1350-178.

País:

Portugal.

Telefone:

(351) 213944710.

Correio electrónico:

geral@parque-escolar.min-edu.pt

Fax:

(351) 213944775.

Mais informações podem ser obtidas no seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto».

Caderno de encargos e documentos complementares (incluindo documentos para diálogo concorrencial e para um Sistema de Aquisição Dinâmico) podem ser obtidos no seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto».

As propostas ou pedidos de participação devem ser enviados para o seguinte endereço:

Ver «pontos de contacto».

I.2) TIPO DE ENTIDADE ADJUDICANTE E SUAS PRINCIPAIS ACTIVIDADES

Organismo de direito público.

Educação.

Outro especificação:

Modernização das escolas com ensino secundário.

A entidade adjudicante está a contratar por conta de outras entidades adjudicantes:

Não.

SECÇÃO II: OBJECTO DO CONTRATO

II.1) DESCRIÇÃO

II.1.1) Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante:

Concurso limitado internacional com publicação de anúncio para a execução das obras de modernização e os serviços de manutenção e conservação previstos na primeira fase do programa de modernização do parque escolar destinado ao ensino secundário, aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 1/2007 — lote 3.

II.1.2) Tipo de contrato e local da realização das obras, da entrega dos fornecimentos ou da prestação de serviços:

a) Obras.

Execução.

Principal local de execução, de entrega ou da prestação dos serviços:

Portugal continental.

II.1.3) O anúncio implica:

Um contrato público.

II.1.5) Breve descrição do contrato ou das aquisições:

O objecto do contrato a celebrar envolve duas componentes: a componente contratual de empreitada, relativa à execução de obras de modernização nas escolas integrantes do lote que visam a melhoria dos equipamentos/instalações e que incluem obras de construção, reconstrução, reabilitação, de duração prevista de 1 ano, e a componente contratual de prestação de serviços, relativa à manutenção e à conservação das mesmas escolas, por um período máximo de 10 anos.

II.1.6) Classificação CPV (Vocabulário Comum para os Contratos Públicos):

Objecto principal.

Vocabulário principal: 45214200.

II.1.7) O contrato está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

Não.

II.1.8) Divisão em lotes:

Não.

II.1.9) São aceites variantes:

Não.

II.2) QUANTIDADE OU EXTENSÃO DO CONTRATO**II.2.1) Quantidade ou extensão total:**

Lote composto pelas seguintes escolas: Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Carolina Michaelis, no Porto; Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Sá de Miranda, em Braga; Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Aurélio de Sousa, no Porto; Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico António Sérgio, em Vila Nova de Gaia; Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico Rocha Peixoto, na Póvoa de Varzim; Escola Secundária com 3.º Ciclo do Ensino Básico João Gonçalves Zarco, em Matosinhos.

Valor estimado, sem IVA: 27 500 000,00

Divisa: euro.

II.2.2) Opções:

Não.

SECÇÃO III: INFORMAÇÕES DE CARÁCTER JURÍDICO, ECONÓMICO, FINANCEIRO E TÉCNICO**III.1) CONDIÇÕES RELATIVAS AO CONTRATO****III.1.1) Cauções e garantias exigidas:**

O adjudicatário deverá prestar duas cauções: caução de 5% do preço global da componente contratual de empreitada e caução de 5% do preço global da componente contratual de prestação de serviços de manutenção.

III.1.2) Principais modalidades de financiamento e pagamento e/ou referência às disposições que as regulam:

O financiamento terá como fonte a transferência de verbas prevista no orçamento de Estado Português, fundos comunitários (fase de candidatura) e autofinanciamento obtido pela Parque Escolar, E. P. E.

III.1.3) Forma jurídica que deve assumir o agrupamento de operadores económicos adjudicatário:

Podem concorrer empresas ou grupos de empresas, sem que entre elas exista qualquer vínculo, mas no caso de adjudicação estas associar-se-ão obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, na modalidade de consórcio externo em regime de responsabilidade solidária, ou agrupamento complementar de empresas.

III.1.4) Existem outras condições especiais a que está sujeita a execução do contrato:

Não.

III.2) CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**III.2.2) Capacidade económica e financeira:**

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

De acordo com os pontos 5.4 e 5.5 do programa de concurso, as empresas ou, no caso de associações de empresas, todas as empresas associadas, apenas serão admitidas a concurso caso apresentem uma situação líquida positiva em 31 de Dezembro de 2006 e apresentem uma autonomia financeira com a definição e os valores de referência constantes da Portaria n.º 994/2004, de 5 de Agosto, atendendo ao disposto no n.º 19.3 da Portaria n.º 104/2001, de 21 de Fevereiro, na redacção que lhe foi dada pela Portaria n.º 1075/2005, de 19 de Outubro.

As empresas apenas serão admitidas a concurso caso a empresa, ou no caso de associação de empresas, o seu conjunto, face às declarações dos anos 2004, 2005 e 2006, apresente um volume de negócios anual global médio de 50 000 000,00 de euros nos últimos três anos, com um mínimo anual de 40 000 000,00 de euros.

III.2.3) Capacidade técnica:

Informação e formalidades necessárias para verificar o cumprimento dos requisitos:

Em termos de capacidade técnica, as empresas ou associações de empresas, apenas serão admitidas a participar no concurso caso obedeçam, e no caso de associação de empresas, que todas as empresas associadas obedeçam, cumulativamente às condições indicadas no ponto 5.6 do programa de concurso e que se sintetiza:

Sejam titulares de certificado de classificação de empreiteiro de obras públicas emitido pelo InCI, I. P., contendo seguintes habilitações: empreiteiro geral de edifícios de construção tradicional (1.ª categoria) — classe 9 e empreiteiro geral ou construtor geral de reabilitação e conservação de edifícios (1.ª categoria) — classe 9 ou de certificado de inscrição em lista oficial de empreiteiros

emitido por autoridade competente de Estado membro da União Europeia ou sejam signatários do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu.

Detenham certificação de acordo com a NP EN ISO 9001.

As empresas ou associações de empresas tenham efectuado no seu conjunto, nos últimos três anos, as seguintes empreitadas, de acordo com ponto 5.7 do programa de concurso e que sinteticamente se descreve:

Mínimo de cinco contratos de empreitada de construção de edifícios, com valor de adjudicação igual ou superior a 5 000 000,00 de euros, tendo obrigatoriamente uma delas valor de adjudicação igual ou superior a 7 500 000,00 euros;

Mínimo de três contratos de empreitada referentes a reabilitação e conservação de edifícios, com valor de adjudicação igual ou superior a 2 500 000,00 euros, tendo obrigatoriamente uma delas valor de adjudicação igual ou superior a 5 000 000,00 de euros.

As empresas ou associações de empresas devem obrigatoriamente ter no seu quadro técnico um conjunto de colaboradores que satisfaçam os requisitos indicados no ponto 5.8 do programa de concurso.

SECÇÃO IV: PROCESSO**IV.1) TIPO DE PROCESSO****IV.1.1) Tipo de processo:**

Concurso limitado.

IV.1.2) Limitações quanto ao número de operadores que serão convidados a concorrer ou a participar:

Número mínimo previsto: 5.

Número máximo previsto: 15.

Critérios objectivos para a escolha do número limitado de candidatos:

a) *Curriculum* do candidato (50%);

Obras de edificação — 22,5%;

Obras de reabilitação e conservação — 22,5%;

Contratos de conservação e manutenção de edifícios — 5%;

b) *Curriculum* dos técnicos apresentados (30%)

Director de contrato — 5%;

Coordenadores de grupo de obras — 5%;

Directores de obra — 5%;

Coordenadores de instalações eléctricas — 2,5%;

Coordenadores de instalações mecânicas — 2,5%;

Coordenadores do sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho — 5%;

Coordenador do sistema de gestão da qualidade — 2,5%;

Coordenador do sistema de gestão ambiental — 2,5%;

c) Metodologia e modelo organizativo do candidato para a execução do contrato (20%).

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO**IV.2.1) Critérios de adjudicação:**

Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta:

Os critérios enunciados a seguir:

Critério: preço — ponderação: 75;

Critério: valia técnica — ponderação: 25.

IV.2.2) Proceder-se-á a leilão electrónico:

Não.

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO**IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante:**

04/2007.

IV.3.2) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto:

Não.

IV.3.3) Condições para obtenção do caderno de encargos e dos documentos complementares ou memória descritiva:

Prazo para a recepção de pedidos de documentos ou para aceder aos documentos:

Data: 31/01/2008.

Hora: 17:00.

Documentos a título oneroso:

Sim.

Indicar preço: 500,00.

Divisa: euro.

Condições e modo de pagamento:

As cópias das peças do processo de concurso da 1.ª fase serão fornecidas em suporte papel ou em suporte informático em ficheiros não manipuláveis, pelo valor de 500,00 euros ou 100,00 euros, respectivamente, acrescido de IVA à taxa legal, contra o pagamento mediante cheque emitido à ordem da Parque Escolar, E. P. E. O preço das cópias do processo de concurso relativo à 2.ª fase, será indicado na carta-convite.

IV.3.4) Prazos de recepção das propostas ou dos pedidos de participação:

Data: 12/02/2008.

Hora: 17:00.

IV.3.6) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação:

PT.

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**VI.1) TRATA-SE DE UM CONTRATO DE CARÁCTER PERIÓDICO**

Não.

VI.2) CONTRATO RELACIONADO COM UM PROJECTO E/OU PROGRAMA FINANCIADO POR FUNDOS COMUNITÁRIOS

Sim.

Fazer referência aos projectos e/ou programas:

Programa Operacional Temático Valorização do Território.

VI.4) PROCESSOS DE RECURSO**VI.4.1) Organismo encarregado dos processos de recurso:**

Designação oficial:

Conselho de Administração da Parque Escolar, E. P. E.

Endereço postal:

Avenida do Infante Santo, 2, 7.º

Localidade:

Lisboa.

Código postal:

1350-178.

País:

Portugal.

Correio electrónico:

geral@parque-escolar.min-edu.pt

Telefone:

(351) 213944710.

Fax:

(351) 213944775.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO: 18/12/2007.

18 de Dezembro de 2007. — O Presidente do Conselho de Administração, *João Sintra Nunes*.

2611074105

PORTO VIVO, SRU — SOCIEDADE DE REABILITAÇÃO URBANA DA BAIXA PORTUENSE, S. A.

Anúncio

Concurso público tendente à celebração do contrato de reabilitação urbana do Quarteirão de D. João I

Designação e endereço oficiais da entidade adjudicante — Porto Vivo, SRU — Sociedade de Reabilitação Urbana da Baixa Portuense, S. A., Rua de Mouzinho da Silveira, 212, 4050-417 Porto, Portugal (telefone: 222072700; fax: 222072709; correio electrónico: sru.portovivo@cm-porto.pt; endereço internet (URL): www.portovivosru.pt).

Endereço onde podem ser obtidas informações adicionais e a documentação e para onde devem ser enviadas as propostas — Rua de Mouzinho da Silveira, 212, 4050-417 Porto, Portugal.

Tipo de entidade adjudicante — empresa pública.

Tipo de contrato — contrato de reabilitação urbana, nos termos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio.

Designação dada ao contrato pela entidade adjudicante — Contrato de reabilitação urbana do Quarteirão de D. João I.

Descrição/objecto do concurso — procedimento tendente à celebração do contrato de reabilitação urbana para a realização de todas as operações de reabilitação urbana necessárias à intervenção conjugada, com os demais proprietários, nas parcelas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 20 e 21 e lote 2 da parcela 18 da unidade de intervenção do Quarteirão de D. João I, de acordo com as disposições constantes do documento estratégico e do caderno de encargos.

Local onde se realizará a obra, a entrega dos fornecimentos ou a prestação de serviços — unidade de intervenção correspondente ao Quarteirão de D. João I, delimitado pelas Ruas de Sá da Bandeira, Formosa, do Bonjardim e Travessa do Bonjardim.

Duração do contrato ou prazo de execução: prazo previsto na proposta do adjudicatário, o qual não poderá exceder os 30 meses.

Cauções e garantias exigidas:

a) A manutenção e o cumprimento das propostas são garantidos mediante a prestação da caução no valor de 25 000,00 euros;

b) O cumprimento do contrato é garantido mediante a prestação da caução, cujo montante corresponde ao valor total pelo qual o parceiro privado se propõe adquirir os prédios que não constituam sua propriedade, nos termos constantes da sua proposta, acrescido de 700 000,00 euros, com exclusão do IVA, se aplicável.

Condições de participação:

Informações relativas à situação dos concorrentes e formalidades necessárias para avaliar a capacidade económica e financeira mínima exigida:

Podem concorrer pessoas colectivas e, bem assim, agrupamentos de pessoas colectivas sem que entre estas exista qualquer modalidade jurídica de associação;

Podem igualmente concorrer entidades gestoras de fundos de investimento imobiliário, em representação de fundos de investimento imobiliário, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 104/2004, de 7 de Maio;

Apenas podem concorrer pessoas colectivas que se encontrem regularmente constituídas;

Em caso de agrupamento, todos os membros são solidariamente responsáveis pela proposta apresentada e pelas obrigações emergentes da mesma, designadamente pelo dever de manutenção da proposta, devendo os concorrentes indicar na sua proposta a empresa que representará o agrupamento no concurso, bem como a participação relativa de cada empresa no agrupamento, em termos percentuais;

Nenhuma entidade poderá apresentar mais de uma proposta, não podendo, designadamente, candidatar-se simultaneamente a título individual e integrada num agrupamento;

Serão excluídos os concorrentes relativamente aos quais se verifique que:

a) Se encontram em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de actividade;

b) Não se encontram em situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português, ao Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa ou relativamente ao pagamento de impostos e taxas no espaço económico europeu;

c) Não se encontram em situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa ou relativamente ao pagamento das contribuições para a Segurança Social no espaço económico europeu;

d) Se encontram em alguma das situações previstas no artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, quando aplicável e com as devidas adaptações;

e) Se encontram em situação de responsabilidade financeira vencida e não regularizada nos registos do Banco de Portugal.

A capacidade económica e financeira do concorrente é avaliada tendo em consideração os seguintes parâmetros mínimos para a média dos três últimos exercícios ou dos exercícios findos desde a constituição da pessoa colectiva, caso esta tenha ocorrido há menos de três anos:

i) Autonomia financeira igual ou superior a 25%, entendendo-se como tal a relação entre o valor dos capitais próprios do concorrente e o valor do investimento previsto;

ii) Rentabilidade dos capitais próprios igual ou superior a 2%, entendendo-se como tal a relação entre os resultados do exercício do concorrente e o valor dos seus capitais próprios;

iii) Fundo de maneo igual ou superior a zero, entendendo-se como tal a diferença entre o valor dos capitais permanentes do concorrente e o seu activo fixo, o qual será igual ou superior a zero.

Só são admitidos os concorrentes que preencham o requisito previsto na alínea i) e, pelo menos, um dos requisitos previstos nas alíneas ii) e iii) anteriores.

Em caso de agrupamento, a avaliação da capacidade económica e financeira será efectuada de acordo com os indicadores compostos referidos, sendo as ponderações dos indicadores e pesos dos membros no agrupamento.

Caso o concorrente seja uma entidade gestora de fundos de investimento imobiliário, a capacidade económica e financeira é avaliada tendo em consideração os seguintes parâmetros:

ii) Relação entre o valor dos activos do(s) fundo(s) que se apresenta(m) a concurso e o valor do investimento previsto, sendo que o valor dos activos terá de ser igual ou superior ao valor do investimento;

iii) Relação entre o valor global dos activos dos fundos geridos pela entidade gestora e o valor do investimento previsto, sendo que este não pode ser superior a 25% do valor global dos activos.

Para este efeito, o valor do investimento previsto é de 34 125 000,00 euros.

Situação jurídica — documentos comprovativos exigidos:

Os concorrentes deverão apresentar os seguintes documentos e declarações:

a) Certidão do registo comercial do concorrente ou de cada um dos membros do agrupamento, com todas as inscrições em vigor válida à data da apresentação da proposta;

b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, ou se for o caso, certificado equivalente emitido pela autoridade competente do Estado de que a empresa seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, devendo qualquer dos documentos referidos ser acompanhado de